



This document has been provided by the International Center for Not-for-Profit Law (ICNL).

ICNL is the leading source for information on the legal environment for civil society and public participation. Since 1992, ICNL has served as a resource to civil society leaders, government officials, and the donor community in over 90 countries.

Visit ICNL's **Online Library** at
<http://www.icnl.org/knowledge/library/index.php>
for further resources and research from countries all over the world.

Disclaimers

Content. The information provided herein is for general informational and educational purposes only. It is not intended and should not be construed to constitute legal advice. The information contained herein may not be applicable in all situations and may not, after the date of its presentation, even reflect the most current authority. Nothing contained herein should be relied or acted upon without the benefit of legal advice based upon the particular facts and circumstances presented, and nothing herein should be construed otherwise.

Translations. Translations by ICNL of any materials into other languages are intended solely as a convenience. Translation accuracy is not guaranteed nor implied. If any questions arise related to the accuracy of a translation, please refer to the original language official version of the document. Any discrepancies or differences created in the translation are not binding and have no legal effect for compliance or enforcement purposes.

Warranty and Limitation of Liability. Although ICNL uses reasonable efforts to include accurate and up-to-date information herein, ICNL makes no warranties or representations of any kind as to its accuracy, currency or completeness. You agree that access to and use of this document and the content thereof is at your own risk. ICNL disclaims all warranties of any kind, express or implied. Neither ICNL nor any party involved in creating, producing or delivering this document shall be liable for any damages whatsoever arising out of access to, use of or inability to use this document, or any errors or omissions in the content thereof.

Decreto-Lei n.º 221/87:

Aplica ao território de Macau vários diplomas legais referentes à reforma da legislação processual civil 2143

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Portaria n.º 452/87:

Completa o esquema de ajudas do Programa de Acção Florestal (PAF), instituído pela Portaria n.º 258/87, com empréstimos aos produtores garantidos pelo próprio contrato 2143

Ministério da Indústria e Comércio

Decreto-Lei n.º 222/87:

Prorroga o prazo estabelecido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 277/86, de 4 de Setembro (institui o cadastro comercial) 2144

Ministério da Saúde

Portaria n.º 453/87:

Cria no Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge o Centro de Estudos de Saúde e Toxicologia Ambientais 2144

Região Autónoma dos Açores

Assembleia Regional

Decreto Legislativo Regional n.º 6/87/A:

Estabelece o regime jurídico de exploração de embarcações em actividades marítimo-turísticas 2145

Decreto Legislativo Regional n.º 7/87/A:

Cria as Reservas Naturais das Baías da Praia, de São Lourenço, dos Anjos e da Maia, na ilha de Santa Maria 2146

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 215/87

de 29 de Maio

1. O Governo entende, como seu dever e para defesa do Estado de direito democrático, que lhe cabe desenvolver todos os esforços no sentido de dignificar e clarificar, no âmbito da sua competência legislativa, o quadro jurídico do que pode ser desingado como a «*estrutura formal e material dos actos regulamentares e administrativos do Governo*».

2. O presente diploma entronca nessa preocupação, visando corresponder *forma e conteúdo*, no que tange a certos actos da competência do Governo, no âmbito da sua função administrativa [artigo 202.º, alíneas c), d), e) e g), da Constituição].

Fundamentalmente tem-se em vista disciplinar a utilização da forma da *resolução do Conselho de Ministros* ou do *decreto* aprovado também em Conselho de Ministros, ambos regulamentos que exigem para a sua aprovação o colectivo do Governo, por confronto com as restantes formas que podem revestir os actos regulamentares e administrativos do Governo (despachos normativos, portarias, despachos, despachos conjuntos, etc.).

Paralelamente, concebeu-se um modelo de repartição e desconcentração de competências, que torne mais eficaz o exercício das funções governativas, de âmbito essencialmente administrativo.

3. Quanto ao primeiro aspecto — a clarificação da estrutura material e formal de certos actos regulamentares e administrativos —, importa ter presentes, no que aos regulamentos diz respeito, os preceitos constitucionais de referência e os princípios básicos que deles se extraem, a saber:

- a) *Princípios da preferência da lei e da complementaridade dos regulamentos* (artigo 115.º, n.º 5, da Constituição);
- b) *Princípio da precedência da lei* (artigo 115.º, n.º 7, da Constituição).

Ora, neste campo, afiguram-se integralmente respeitadas as disposições constitucionais, na justa medida em que, tratando-se este diploma, como se trata, de um acto legislativo disciplinador da produção de normas regulamentares e o de actos administrativos, as matérias objecto dos respectivos instrumentos regulamentares e administrativos dimanam da função administrativa do Governo e têm, por força do próprio decreto-lei aprovado, fundamento legal, quer quanto ao conteúdo, quer quanto à forma, quer quanto à entidade competente para as aprovar.

4. Simultaneamente, e contribuindo para o saneamento do processo de decisão, consagram-se orientações que evitem a «subida» de determinadas matérias ao Conselho de Ministros, uma vez que podem, com melhores resultados em termos de eficácia, simplificação e desconcentração de competências, ser resolvidas pelos ministérios tutelares.

5. Tem o Governo consciência de que a tarefa que agora começa se revela, em si mesma, árdua. Desde o 25 de Abril de 1974, nunca tal foi tentado, do que é testemunho bastante a degradada situação actual.

Porém, dar este passo significa partilhar as regras básicas do processo de decisão que vêm sendo adoptadas, com sucesso, em países cujos ordenamentos jurídico-constitucionais quanto às funções governativas não se apartam significativamente do nosso e cujas orientações de técnica legislativa têm sido pautadas pela preocupação de «menos lei, mas melhor lei», como regra fundamental do ordenamento jurídico.

Neste termos, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta:

Artigo 1.º A concessão de pensões prevista nos artigos 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 404/82, de 24 de Setembro, é efectuada por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças.

Art. 2.º A concessão de pensões prevista no Decreto-Lei n.º 171/77, de 30 de Abril, é efectuada por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças.

Art. 3.º A indemnização prevista no Decreto-Lei n.º 324/85, de 6 de Agosto, é fixada por despacho conjunto do Primeiro-Ministro, do Ministro das Finanças e do ministro proponente.

Art. 4.º A constituição das servidões prevista no Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de Novembro, é efectuada por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Art. 5.º As concessões de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de petróleo, bem como a transmissão e prorrogação, nomeadamente as previstas na Lei n.º 2080, de 21 de Março de 1956, no Decreto n.º 47 973, de 30 de Setembro de 1967, no Decreto-Lei n.º 96/74, de 13 de Março, no Decreto-Lei n.º 543/74, de 16 de Outubro, no Decreto-Lei n.º 168/77, de 23 de Abril, e no Decreto-Lei n.º 174/85, de 21 de Maio, são efectuadas por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Indústria e Comércio, os quais detêm competência administrativa sobre todo o processo.

Art. 6.º É aditado ao artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 211/79, de 12 de Julho, o n.º 5, com a seguinte redacção:

Artigo 23.º

5 — As competências atribuídas por disposições do presente decreto-lei ao Conselho de Ministros consideram-se delegadas no Primeiro-Ministro, que as poderá subdelegar, por acto expresso, no Ministro das Finanças.

Art. 7.º A instituição de prémios escolares, ou prémios atribuídos por serviços públicos, é determinada por despacho dos membros do Governo que tenham sobre os serviços em causa poder hierárquico ou tutela.

Art. 8.º — 1 — São alterados os artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, que passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 78.º

Incompatibilidades

1 — Os aposentados ou reservistas das Forças Armadas não podem exercer funções públicas ou a prestação de trabalho remunerado nas empresas públicas, excepto se se verificar algumas das seguintes circunstâncias:

- Quando exerçam funções em regime de prestação de serviços nas condições previstas na alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º;
- Quando haja lei que o permita;
- Quando, sob proposta do membro do Governo que tenha o poder hierárquico ou tutela sobre a entidade onde prestará o seu trabalho o aposentado ou reservista, o Primeiro-Ministro, por despacho, o autorize, constando do despacho o regime jurídico a que ficará sujeito e a remuneração atribuída.

Artigo 79.º

Exercício de funções públicas por aposentados

Nos casos em que aos aposentados ou reservistas das Forças Armadas seja permitido, nos termos do artigo anterior, desempenhar funções públicas ou prestação de trabalho remunerado nas empresas públicas ou entidades equiparadas, é-lhes mantida a pensão de aposentação ou de reforma

e abonada uma terça parte da remuneração que competir a essas funções, salvo se o Primeiro-Ministro, sob proposta do membro do Governo que tenha o poder hierárquico ou de tutela sobre a entidade onde prestará o seu trabalho o aposentado ou reservista, autorizar montante superior, até ao limite da mesma remuneração.

2 — O artigo 79.º do Estatuto da Aposentação, na redacção que lhe é dada pelo presente decreto-lei, não se aplica aos reservistas das Forças Armadas, no caso da sua permanência ou convocação para regressarem à efectividade de serviço.

Art. 9.º A criação de esquadras da Polícia de Segurança Pública é efectuada por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Administração Interna, na qual será fixado o quadro de pessoal a crescer ao já existente.

Art. 10.º Os membros do conselho directivo do Instituto de Seguros de Portugal, criado pelo Decreto-Lei n.º 302/82, de 30 de Julho, são nomeados por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças.

Art. 11.º Os membros do conselho directivo do Instituto do Investimento Estrangeiro, cujo estatuto foi aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 52/77, de 24 de Agosto, são nomeados por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças.

Art. 12.º Os membros das comissões de gestão a que alude o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 572/76, de 20 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 240/77, de 8 de Junho, são nomeados por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação.

Art. 13.º Os actos de autorização, aprovação e homologação, relativos a actividade mineira, nomeadamente os previstos nos artigos 4.º, 20.º, 44.º, 49.º, 51.º, 58.º e 74.º do Decreto com força de lei n.º 18 713, de 30 de Agosto de 1930, serão efectuados por despacho do Ministro da Indústria e Comércio.

Art. 14.º Os actos de autorização relativos à concessão e exploração de águas minerais e de mesa, nomeadamente os previstos nos artigos 16.º, 34.º, 35.º, 38.º, 39.º e 43.º do Decreto com força de lei n.º 15 401, de 17 de Abril de 1928, serão efectuados por despacho do Ministro da Indústria e Comércio.

Art. 15.º É alterado o artigo 12.º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, que passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 12.º

7 — O regime previsto nos números anteriores não impede que, com carácter excepcional, demonstrada pelo ministério proponente a insuficiência ou imobilidade, possam ser descongeladas, no decurso de cada ano económico, admissões indispensáveis de pessoal não contempladas em despacho de descongelamento, mediante despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças.

Art. 16.º A ratificação dos regulamentos de polícia a que se refere o § 7.º do artigo 408.º do Código Administrativo, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 103/84, de 30 de Março, é efectuada

por despacho do Ministro da Administração Interna, cuja competência poderá ser delegada.

Art. 17.º Independentemente dos fins que prossigam, compete ao Ministro da Administração Interna, cuja competência pode ser delegada, o reconhecimento das fundações nos termos e para os efeitos dos artigos 158.º, n.º 2, e 188.º do Código Civil.

Art. 18.º A nomeação dos elementos do conselho distrital a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 88.º da Lei n.º 79/77, de 25 de Setembro, é efectuada por despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna e do Plano e da Administração do Território.

Art. 19.º O regime de transferência de verbas para as autarquias locais constantes do Decreto-Lei n.º 410-B/79, de 27 de Setembro, é aplicável a todas as eleições gerais, sendo os valores determinantes dos montantes das parcelas X, Y e Z a que se refere o seu artigo 1.º fixados por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Administração Interna na 1.ª série do *Diário da República*, respeitando-se os critérios ali fixados.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Março de 1987. — *Eurico Silva Teixeira de Melo* — *José António da Silveira Godinho* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Eurico Silva Teixeira de Melo* — *Luis Francisco Valente de Oliveira* — *Mário Ferreira Bastos Raposo* — *Jorge Manuel Águas da Ponte Silva Marques* — *João de Deus Rogado Salvador Pinheiro* — *João Maria Leitão de Oliveira Martins*.

Promulgado em 13 de Maio de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 18 de Maio de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/87

As exigências das sociedades modernas e a afirmação de novos valores sociais têm conduzido, por toda a parte, ao alargamento das funções do Estado, originando notável crescimento e complexidade das administrações públicas. E os serviços e funcionários, que são chamados a gerir a multiplicidade de processos de compatibilização de direitos e interesses dos particulares com ditames de ordenamentos gerais e interesses colectivos, são confrontados cada dia com práticas estabelecidas, rotinadas, sobrevalorizando a segurança e o perfeccionismo, e com novos valores de celeridade e eficácia impostos pelos utentes dos serviços públicos. Portugal não escapa, naturalmente, aos fenómenos do crescimento da Administração e da afirmação de novo ritmo de vida, indiciadores, aliás, de desenvolvimento económico e sócio-cultural. Acresce ainda, entre nós, que as frequentes alterações da macroestrutura da Administração Pública, com repetida criação, modificação, extinção de ministérios, secretarias de Estado, direcções-gerais, institutos e empresas públicas, vêm incrementando a incompreensibilidade da organização administrativa, criando, não raro, ao cidadão, em geral, e a algumas categorias de utentes, em particular, acres-

cidas dificuldades de simples identificação dos serviços públicos adequados, competentes, para receber e tratar dos seus assuntos.

A resposta pronta, correcta, que efective direitos e viabilize iniciativas não se compadece, hoje, com processos e métodos de trabalho que enfatizem a segurança e perfeição em detrimento da eficácia, tanto mais quanto os equipamentos de trabalho generalizados na sociedade, incluindo meios de comunicação, permitem conciliar satisfatoriamente ambos os objectivos em presença: formalidades imprescindíveis da Administração com necessidades e interesses dos seus clientes. Esta, aliás, uma das ópticas prosseguidas com êxito pelas modernas democracias na superação do conflito de valores da tradicional cultura administrativa com as imposições dos actuais ritmos de vida: simplificação e desburocratização, adopção de métodos e processos de trabalho mais aligeirados e expeditos, recurso ao tratamento automático da informação e aos novos meios de comunicação.

Numa louvável atitude de serviço — concernente à identificação aos utentes dos departamentos adequados —, vêm-se já registando iniciativas espontâneas, em algumas áreas da Administração — para além da prática assente ao nível dos órgãos de soberania —, de procederem os serviços, oficiosamente, ao encaminhamento correcto dos assuntos que erradamente lhes são endereçados. Os processos não são, assim, arquivados liminarmente a pretexto de incompetência legal: pelo contrário, são remetidos ao serviço ou entidade adequada para deles se ocupar, ao mesmo tempo que o utente de tal é informado.

O empenhamento do Governo na modernização da Administração Pública, nomeadamente pela sua aproximação aos utentes, prestando melhores serviços, desburocratizados, personalizados e tempestivos, induz, neste contexto e na linha de medidas já publicadas e no quadro de outras em estudo, à definição de algumas orientações quanto à utilização dos tradicionais meios de comunicação escrita, ao generalizado acesso dos serviços a meios correntes de comunicação à distância, a novos equipamentos de telecomunicações, bem como à normalização do encaminhamento oficioso de correspondências.

Nestes termos:

O Conselho de Ministros, reunido em 14 de Maio de 1987, resolveu adoptar medidas relativas a comunicações na Administração e ao encaminhamento de utentes e de correspondências:

A) Comunicações escritas na Administração

1 — Nas comunicações internas e externas deverá a Administração Pública adoptar o meio mais económico que para cada caso se revele eficaz.

2 — O ofício expressamente dactilografado deverá, sempre que possível e conveniente, ser substituído por suportes de comunicação escrita mais expeditos e económicos como o «ofício pré-impresso», a «mensagem de serviço», o sistema de «resposta no próprio documento», de preenchimento manual ou reprodução por xerocópia.

3 — Os serviços promoverão, nas suas correspondências, a utilização preferencial do «envelope de janela», por forma a acelerar o processamento do trabalho e a redução dos respectivos custos.

4 — Os serviços elaborarão impressos de requerimentos, relativos aos principais assuntos que tratam, em papel de formato A4, que facultarão aos interessados nos locais apropriados.

5 — Nas relações com os utentes poderão os serviços aceitar qualquer meio bastante de identificação pessoal ou de prova, minorando, sempre que possível, a exigência de formalidades.

6 — Com vista a acelerar o processo de decisão, deverão os serviços proceder às necessárias consultas mútuas, para obtenção de declarações, atestados, certidões e outros elementos, através de telefone, telegrama, *telex*, telecópia ou outros meios, sem prejuízo de ulterior confirmação quando estritamente indispensável.

7 — Na elaboração dos processos deverão os serviços evitar a solitação de pareceres e despachos internos à Administração sempre que tais formalidades se afigurem redundantes ou que, de algum modo, não careiem qualquer substância à formulação da decisão.

8 — Os dirigentes dos serviços estimularão o mecanismo da delegação de assinatura, por forma que as comunicações correntes possam ser assinadas em diferentes níveis da hierarquia, se possível, no próprio posto de execução.

9 — Os serviços procederão a informação escrita aos utentes sobre previsão do tempo de resposta sempre que para o assunto apresentado, verbalmente ou por escrito, se figure prazo de resolução superior a um mês.

B) Telefone e *telex*

10 — Todos os serviços públicos deverão dispor de telefone que permita a recepção de chamadas dos respectivos utentes.

11 — As direcções-gerais e serviços equiparados, bem como os serviços desconcentrados, deverão, na medida das possibilidades orçamentais, dispor de *telex* e, eventualmente, de outros meios de telecomunicações que as actividades prosseguidas justifiquem.

12 — Os serviços informarão as secretarias-gerais dos respectivos ministérios de todas as alterações verificadas nos seus sistemas de comunicação à distância.

13 — As secretarias-gerais fornecerão anualmente listagens completas e actualizadas dos sistemas de comunicação à distância dos serviços do seu ministério, incluindo os autónomos, aos editores das listas de assinantes.

14 — A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais promoverá, no prazo de 60 dias, a revisão das normas referentes à aquisição, montagem e reparação de instalações telefónicas, de *telex* e de outros meios de comunicação à distância, no sentido de, em princípio, tais serviços serem solicitados directamente às empresas operadoras, sem prejuízo das regras de racionalização, gestão e segurança das instalações do Estado que importe acautelar.

15 — Na elaboração das normas a propor nos termos do número anterior ponderar-se-á a necessidade e conveniência de, para a instalação dos serviços desconcentrados da saúde e da educação, serem as opera-

ções coordenadas, respectivamente, pela Direcção-Geral dos Hospitais, pela Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários e pela Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos.

C) Encaminhamento officioso de utentes e correspondência

16 — Todas as correspondências entregues em mão em qualquer edifício afecto à Administração serão obrigatoriamente recebidas e encaminhadas para os serviços respectivos pela unidade de recepção, salvo pedido expresso dos portadores, atendível se as regras de segurança o permitirem.

17 — Os serviços públicos remeterão, directa e officiosamente, todas as correspondências que lhes forem indevidamente endereçadas para as entidades e serviços competentes, informando de tal os interessados.

18 — Os serviços procederão ao esclarecimento e encaminhamento dos utentes que, presencialmente ou por telefone, lhes apresentem assuntos da competência de outros serviços ou entidades públicas.

19 — Os serviços públicos afixarão em todos os locais de atendimento o horário de atendimento ao público, bem como, se possível, os números de telefone através dos quais os utentes possam obter informações.

D) Avaliação de execução

As secretarias gerais e os serviços centrais de organização e pessoal de cada ministério coordenarão a implementação das presentes medidas e elaborarão relatórios dos progressos alcançados, bem como sugestões neste domínio a enviar ao Secretariado para a Modernização Administrativa no termo do 1.º semestre de aplicação.

Presidência do Conselho de Ministros. — O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto-Lei n.º 216/87

de 29 de Maio

Visa este diploma estimular a realização de seguros de doença e a garantia de pensões de reforma, invalidez ou sobrevivência através de fundos de pensões, desde que aproveitem à generalidade dos trabalhadores das empresas.

Para tanto, o presente decreto-lei estabelece que as contribuições pagas pelas empresas sejam consideradas custos para a determinação do lucro tributável em contribuição industrial.

Estabelece-se para essa dedução um limite de 15% ou 25% da massa salarial do respectivo exercício, consoante os trabalhadores tenham ou não direito a pensões da Segurança Social.

Assim:

No uso da autorização conferida pela alínea a) dos n.ºs 1 e 2 do artigo 61.º da Lei n.º 49/86, de 31 de Dezembro, o Governo decreta, nos termos da alí-